

DOCTRINA

ANTEPROJETO DE LEI (N. 13)

Complementa as leis de reforma do Código de Processo Civil

ART. 1º Os artigos a seguir mencionados, da Lei n. 5.869, de 11/1/73, que instituiu o Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 273. (...)

§ 1º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um dos pedidos cumulados, ou parcela de um deles, tornar-se incontroverso no curso do processo.

§ 2º A antecipação será indeferida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório, exceto se da denegação puder resultar, manifestamente, maior e irreversível prejuízo ao autor do que benefício ao réu .

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos artigos 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.

§ 4º (...)

§ 5º (...)

§ 6º Se o autor, a título de antecipação da tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

§ 7º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz dará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.”



“Art. 275. (...)

I – nas causas, cujo valor não exceda a quarenta (40) vezes o valor do salário mínimo;

II – (...)

Parágrafo único (...)

“Art. 280. No procedimento sumário não são admissíveis os embargos infringentes, a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.”

“Art. 287. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela (art. 461, § 4º, e 461-A).”

“Art. 331. Se não ocorrer qualquer das hipóteses previstas nas seções precedentes, e versar a causa sobre direitos que admitam transação, o juiz designará audiência preliminar, a realizar-se no prazo de trinta (30) dias, para a qual serão as partes intimadas a comparecer, podendo fazer-se representar por procurador ou preposto, com poderes para transigir.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, o juiz poderá, desde logo, sanear o processo e ordenar a produção da prova, nos termos do parágrafo anterior.”

“Art. 461. (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º (...)

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6º O juiz poderá de ofício modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verificado que se tornou insuficiente ou excessiva.”

“**Art. 461-A.** Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

§ 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

§ 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos parágrafos 1º a 6º do artigo anterior.”

“**Art. 588.** A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

I – corre por conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha a sofrer;

II – o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de domínio, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado, dependem de caução idônea, requerida e prestada nos próprios autos da execução;

III – fica sem efeito, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior;

IV – eventuais prejuízos serão liquidados no mesmo processo.

§ 1º No caso do n. III, se a sentença provisoriamente executada for modificada ou anulada apenas em parte, somente nessa parte ficará sem efeito a execução.

§ 2º A caução pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, quando o exeqüente se encontrar em estado de necessidade.”

“**Art. 604. (...)**

§ 1º Quando a elaboração da memória do cálculo depender de dados existentes em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, fixando prazo até trinta (30) dias para o cumprimento da diligência; se os dados não forem apresentados no

prazo assinado, ou no de eventual prorrogação, aplicar-se-á o disposto no art. 601.

§ 2º Poderá o juiz, antes de determinar a citação, valer-se do contador do juízo quando a memória apresentada pelo credor aparentemente exceder os limites da decisão exequiênda e, ainda, nos casos de assistência judiciária. Se o credor não concordar com esse demonstrativo, far-se-á a execução pelo valor originariamente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador.”

“**Art. 621.** O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de dez (10) dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

Parágrafo único. O juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo.”

“**Art. 624.** Se o executado entregar a coisa, lavrar-se-á o respectivo termo e dar-se-á por finda a execução, salvo se esta tiver de prosseguir para o pagamento de frutos ou ressarcimento de prejuízos.”

“**Art. 627.** (...)

§ 1º Não constando do título o valor da coisa, ou sendo impossível a sua avaliação, o exequente far-lhe-á a estimativa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.

§ 2º Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos.”

“**Art. 644.** A sentença relativa a obrigação de fazer ou não fazer cumpre-se de acordo com o art. 461, observando-se, subsidiariamente, o disposto no presente capítulo.”

“**Art. 659.** (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 669), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, o respectivo registro no ofício imobiliário, mediante apresentação de certidão de inteiro teor do ato e independentemente de mandado judicial.

§ 5º Nos casos do parágrafo anterior, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, do qual será intimado o executado, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, e por este ato constituído depositário.”

“Art. 814. (...)

Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.”

ART. 2º A Seção III do Capítulo V do Título VIII do Livro I da Lei n. 5.869, de 11/1/73, passa a denominar-se “Da audiência preliminar”.

ART. 3º O artigo 744 da Lei n. 5.869/73 passa a integrar o Capítulo III do Título III do Livro II, vigorando seu *caput* com a seguinte redação:

“Art. 744. Na execução para entrega de coisa (art. 621) é lícito ao devedor deduzir embargos de retenção por benfeitorias.
(...)”

ART. 4º Os atuais artigos 1.102-a, 1.102-b e 1.102-c, da Lei n. 5.869/73 – Código de Processo Civil, são renumerados como artigos 1.100, 1.101 e 1.102, respectivamente.

ART. 5º A presente lei entrará em vigor três (3) meses após a data de sua publicação.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (ANTEPROJETO N. 13)

ARTIGO 1º DO ANTEPROJETO – São as seguintes as alterações propostas no presente anteprojeto:

Art. 273, § 1º, § 2º, § 3º e § 6º. Neste artigo, alusivo à antecipação dos efeitos da tutela, são sugeridas as seguintes modificações:

a) é acrescentado, como § 1º, dispositivo sugerido por Luiz Guilherme Marinoni, que explicita a possibilidade de o juiz, nos casos em que uma parte

do pedido ou dos pedidos se torne incontroversa, conceder desde logo a esse respeito a tutela antecipada. Esta sugestão apresenta-se consentânea com as preocupações de eficiência do “novo” processo civil;

Em consequência, o atual § 1º passará a ser o § 6º do art. 273.

b) a alteração ao § 2º busca excepcionar a regra que proíbe a antecipação da tutela quando possa conduzir à irreversibilidade dos efeitos do provimento antecipatório (dos “efeitos do provimento antecipatório”, e não “do provimento antecipado”, como está na atual redação). Em certos casos, todavia, ocorre a “irreversibilidade recíproca”, ou seja, a **negativa de antecipação** é igualmente suscetível de ocasionar o perecimento do alegado direito do demandante, ou dano maior e irreversível às suas pretensões do que benefício ao demandado;

c) quanto ao § 3º, a proposta compatibiliza a “efetivação” (não se cuida de “execução”, no sentido processual) da tutela antecipada com as alterações sugeridas para o art. 588, relativo à execução provisória da sentença, e com as técnicas de efetivação de tutela específica previstas no art. 461, §§ 4º e 5º, e 461-A;

d) a redação proposta para o § 6º atende ao princípio da economia processual, com a adoção da “fungibilidade” do procedimento, evitando à parte a necessidade de requerer, em novo processo, medida cautelar adequada ao caso.

Art. 275. É fixada, em razão do valor, a alçada de 40 salários mínimos para as causas sob **rito sumário**, mesmo porque esta já é a alçada nas demandas sob rito “sumaríssimo” perante os Juizados Especiais (Lei 9.099/95, art. 3º, I). Será, assim, sanada a atual incongruência, por todos apontada, de a alçada do rito “sumaríssimo” ser o dobro da fixada para o rito comum sumário.

Art. 280. É simplificada a redação deste artigo. Isto porque o tema do agravo retido é remetido para a sede própria, art. 523, § 4º, e o prazo para o perito apresentar seu laudo passa a ser o mesmo do procedimento comum ordinário. Além disso, teremos duas inovações:

Primeira – serão desfeitos os embargos infringentes no procedimento sumário, a fim de acentuar a própria sumariedade do rito e a desejável celeridade processual.

Segunda – de forte conteúdo pragmático, abre-se a possibilidade de intervenção de terceiro (denúnciação da lide ou chamamento ao processo) nos casos de pretensão regressiva fundada em contrato de seguro; com efeito, apresenta-se conveniente, máxime nos frequentíssimos casos de lides decorrentes de acidentes de trânsito, que possam ser resolvidas desde logo a pretensão indenizatória e a pretensão de reembolso, inclusive possibilitando à seguradora avençar diretamente com o demandante a composição do litígio.

Art. 287. A alteração proposta ao art. 287 visa a compatibilizá-lo com o disposto no § 4º do art. 461 e no art. 461-A, ou seja, com as modernas técnicas do adimplemento forçado das obrigações de fazer e de não fazer e das obrigações de entrega de coisa.

Assim, é excluída a menção à “condenação”, que tecnicamente implica um posterior processo de execução, não adequado às sentenças mandamentais e executivas *lato sensu*; a expressão “prestar fato que não possa ser realizado por terceiro” é resumida simplesmente para “prestar fato”, pois também as obrigações de fazer fungíveis devem ser abrangidas pela norma legal; a expressão “constará da petição inicial a cominação” é alterada para “poderá requerer”, porquanto a pena pecuniária pode ser imposta de ofício, como expressamente prevê o art. 461, § 4º; por fim, é aditada ao artigo, *in fine*, a expressão “ou da decisão antecipatória da tutela”, dado que a pena também pode ser cominada pelo não cumprimento de liminar, como, aliás, está no citado § 4º do art. 461.

Art. 331. O art. 331 do CPC, na redação dada pela Lei 8.952/94, introduziu como regra em nosso direito processual a **audiência preliminar**, assim acolhendo sugestão do Código-Modelo de Processo Civil para a América Latina (editado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual), e na esteira, vale lembrar da audiência preliminar do direito alemão e do direito austríaco; da audiência prévia das *summons directions* do direito inglês; do *pre-trial* norte americano etc.

Substituiu-se a expressão “direitos disponíveis” pela expressão, bem mais abrangente, “direitos que admitam transação”. De outra parte, a expressão “audiência de conciliação” apresenta-se imprópria, porquanto se cuida de ato processual complexo destinado à tentativa de conciliação, ao saneamento das questões processuais pendentes, à ordenação das provas e à designação, se necessária, da audiência de instrução e julgamento; daí a nova denominação alvitrada – “audiência preliminar”. Pelo mesmo motivo, o título da seção passará a ser “Da audiência preliminar”.

Além disso, o anteprojeto acrescenta ao art. 331 um § 3º, tornando explícito que se o direito em lide não admitir transação, poderá ser dispensada a própria audiência preliminar, lançando o juiz nos autos, desde logo, a decisão de saneamento e ordenação da prova (orientação preconizada por José Carlos Barbosa Moreira). Assim também se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a transação naquele momento processual.

Por fim, permite-se que a parte possa fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes para transigir, permissão útil, v.g., para as pessoas jurídicas de maior porte.

Art. 461. No texto do art. 461, concernente à tutela específica das obrigações de fazer e não fazer, ao § 5º é acrescentada a “imposição de multa diária”

no rol das medidas previstas nesse dispositivo, tendentes a permitir o imediato cumprimento do julgado. É, outrossim, aditado um § 6º, prevendo a variação do valor da multa, quando se torne excessivo ou insuficiente.

Art. 461-A. A mesma sistemática do art. 461 é proposta, por sugestão de Teori Zavascki, para as obrigações de entrega de coisa, ficando eliminada a ação autônoma de execução de tais obrigações nos casos em que o título for judicial (permanece a ação de execução, evidentemente, nos casos de título extrajudicial que consubstancie obrigação de dar).

Art. 588. Ainda em consequência da nova sistemática concernente aos efeitos dos recursos, à execução provisória será atribuída maior abrangência e eficácia, de molde a permitir que o exeqüente possa realmente, de regra sob caução, receber o bem da vida que o julgamento lhe reconheceu ou atribuiu.

O atual sistema brasileiro de execução provisória revela-se totalmente superado, porque despidido de eficácia prática.

Também aqui a proposta ora apresentada ao exame do Poder Legislativo adota parâmetros já consagrados; na Alemanha, a alienação de bens, na execução provisória, é possível após prestação de caução (ZPO, par. 720). O mesmo se dá no direito português, que prevê a caução para o pagamento do exeqüente enquanto a sentença estiver pendente de recurso (art. 47.3). Outrossim, no direito italiano, a execução provisória atua *ope legis* (art. 282), podendo levar à expropriação independentemente de caução (*apud* Ada Pellegrini Grinover).

Tendo em vista acautelar os direitos das pessoas menos abonadas, o anteprojeto ressalva a possibilidade de execução provisória independente de caução, nos casos de crédito de natureza alimentar, quando o exeqüente se encontre em estado de necessidade.

Art. 604. Em decorrência da Lei n. 8.898, de 29/6/94, a determinação do valor da condenação, quando dependente apenas de cálculo aritmético, não mais exige um “cálculo do contador”; o credor ingressará diretamente com a petição de execução da sentença, “instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo” – art. 604. Ou seja, o cálculo é efetuado e apresentado pelo próprio exeqüente, como está também no art. 614, II, podendo ser impugnado pela via dos embargos do devedor (art. 741, V). Vantagens: abolição do cálculo do contador, de sua homologação pelo juiz e dos novos, sucessivos e demorados recursos daí decorrentes.

O anteprojeto busca sanar alguns problemas que a nova sistemática ensejou. Assim, torna explícita a possibilidade de o credor solicitar ao juiz a **requisição de dados** existentes em poder do devedor ou de terceiros, a fim de habilitá-lo, a ele credor, a proceder à memória discriminada do cálculo; fixará,

então, o magistrado prazo adequado para o atendimento da diligência, sob a sanção do art. 601.

De outra parte, visa o projeto atender a casos especiais em que ocorra manifesto descompasso entre a sentença exequenda e a memória apresentada pelo credor; poderá o juiz, então, valer-se do contador do juízo, a fim de evitar que a penhora tenha por base valores exagerados. Assim também quando o credor for beneficiário da assistência judiciária, presumivelmente necessitado de ajuda.

Apresentado o demonstrativo pelo contador do juízo, o exequente poderá aceitá-lo e, então, o adotará como ‘memória do cálculo’; se dele discordar, far-se-á a execução pelo valor pretendido pelo exequente, mas a segurança do juízo, através da penhora, terá por base o valor encontrado pelo contador. Busca-se, nestes termos, harmonizar os antagônicos interesses do credor e do devedor.

Art. 621 e 624. A redação dos art. 621 e 624, relativos a entrega de coisa certa, é adaptada à nova sistemática resultante do art. 461–A, de molde a que sua incidência fique limitada aos casos de título executivo extrajudicial. No parágrafo único do art. 621 tem-se a previsão de multa pelo atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a ser modificado caso a multa se torne excessiva ou insuficiente .

Art. 627. Os respectivos §§ 2º e 3º são igualmente adaptados à nova sistemática de efetivação das sentenças relativas a obrigações de entrega de coisa, pelo que o art. 627 passa a incidir apenas nos casos de obrigação de dar decorrente de título executivo extrajudicial .

Art. 644 . O art. 644, concernente às obrigações de fazer e não fazer, é igualmente adaptado à nova sistemática do Código, explicitando-se que, em se cuidando de obrigação decorrente de sentença, as regras do Capítulo III apenas são aplicáveis em caráter subsidiário, como aliás decorre do disposto no art. 461.

Art. 659. O atual art. 659, § 4º, resultante da Lei 8.953, de 13/12/94, de alto alcance na prevenção das fraudes e no resguardo dos direitos de terceiros de boa-fé que venham a adquirir imóvel já penhorado, suscita, no entanto, relevante dúvida: se o registro da penhora é **integrativo** do próprio ato complexo, o prazo para embargos somente terá início após tal registro; se, todavia, é requisito de **eficácia**, para oponibilidade da penhora perante terceiros, a intimação da penhora deverá fazer-se logo após lavrado o auto respectivo.

Na trilha da doutrina e da jurisprudência majoritárias, o projeto dilucida tal controvérsia, **adotando a segunda orientação**: a exigência do registro não impede a imediata intimação do executado, constituindo o registro condição

de eficácia plena da penhora perante terceiros, cabendo ao exequente as devidas providências junto ao ofício imobiliário.

Art. 814. A alteração do parágrafo único do art. 814 busca tão-somente sanar omissão da Lei de Arbitragem, que, não obstante haja abolido a exigência de homologação do laudo arbitral, deixou de modificar o aludido dispositivo no qual é feita menção a “laudo arbitral pendente de homologação”.

ARTIGO 2º DO ANTEPROJETO – Visa melhor adequar o título da Seção III, do Cap. V, do Título VIII, do Livro I, ao novo texto do art. 331 do CPC.

ARTIGO 3º DO ANTEPROJETO – A alteração do *caput* do art. 744 visa igualmente adaptar o dispositivo legal, que alude aos casos de retenção por benfeitorias nas execuções para entrega de coisa, à nova sistemática do Código, que distingue entre o cumprimento de sentença que imponha a prestação de dar – art. 461-A – e a execução de obrigação para entrega de coisa com fundamento em título executivo extrajudicial.

ARTIGO 4º DO ANTEPROJETO – Este artigo trata exclusivamente da renumeração dos atuais artigos 1.102-a, 1.102-b e 1.102-c, que passarão a ser os artigos 1.100, 1.101 e 1.102, respectivamente, aproveitando-se a circunstância desses artigos terem sido revogados pela Lei do Arbitramento.

ARTIGO 5º DO ANTEPROJETO – Institui *vacatio legis* de três (3) meses, a partir da data de publicação da lei .
Brasília, 1º de setembro de 1999.

ATHOS GUSMÃO CARNEIRO
do Instituto Brasileiro de Direito Processual

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
Diretor da Escola Nacional de Magistratura